

For social peace in Brazil. Industrialists and the remaking of the working class in São Paulo, 1920-1964, de Barbara Weinstein. Chapel Hill/Londres, Univ. of North Carolina Press, 1996.

Oliver Dinius*

Para a paz social no Brasil é a tradução do título do livro de Barbara Weinstein, que trata dos projetos dos industriais paulistas para transformar a mão-de-obra brasileira, mal preparada para o tão esperado futuro industrial do país, num contingente “moderno” e “produtivo”. A autora segue a trajetória desses projetos desde seus inícios, após a Primeira Guerra Mundial, até o golpe militar de 1964. Como foco da análise, ela escolheu duas instituições que foram consideradas o *desideratum* das políticas da elite industrial paulista: o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e o Sesi (Serviço Social da Indústria). Desenhadas para servir os trabalhadores da indústria paulista, ambas instituições partilhavam uma outra característica: criadas pelo Estado, tiveram sua administração transmitida, por meio de mudanças na legislação, para as associações industriais, que passaram a ter, por isso, em suas mãos, um poderoso mecanismo para “refazer” a classe operária. Isso explica a segunda parte do título do livro – *Industrialists and the remaking of the working class in São Paulo, 1920-64*, evocando um conceito introduzido na historiografia sobre trabalhadores pelo eminente historiador inglês E.P. Thompson.¹

O tema do livro – a visão dos empresários em relação ao futuro do trabalho industrial no Brasil e seus esforços no sentido de manipular simul-

* Doutorando em História da Harvard University.

¹ Uma tradução mais comum para *remaking* seria “redefinir” em lugar de “refazer”, mas a meu ver “refazer” deixa mais claro que a transformação é social, enquanto “redefinir” permitiria uma interpretação exclusivamente cultural.

taneamente o Estado e os trabalhadores para iniciar uma transformação – é pouco trabalhado na historiografia brasileira. A autora escolheu fontes pouco consultadas para a realização desse trabalho, e conseguiu terminar o projeto apesar das dificuldades que encontrou no uso da documentação da Fiesp sobre o Senai e o Sesi.² O material resgatado lhe permitiu desenvolver uma história interessante, e o livro deve ser leitura obrigatória para quem pretende entender a história das relações capital-trabalho no Brasil da era Vargas. O trabalho também ajuda a entender as causas do fracasso da esquerda radical e o simultâneo triunfo das forças tradicionais no período 1945-1964, já que é difícil separar a história das relações capital-trabalho e a história dos projetos populistas dessa época. Seguindo uma cronologia mais ou menos rígida, o livro resgata a história dos projetos empresariais para promover a racionalização do trabalho e, ao mesmo tempo, prevenir o conflito de classes.

Contudo, a abordagem teórica escolhida pela autora muitas vezes não permite a coerente integração dos resultados da pesquisa realizada nos arquivos da Ciesp/Fiesp e na imprensa sindical paulista. Esses resultados também pouco permitem as conclusões às quais Weinstein chega, a meu ver, mais politicamente corretas do que historicamente fundadas. Para fazer justiça à excelente pesquisa da autora, a resenha trará primeiro o resumo, e só depois entrará na discussão das contradições internas de seu trabalho.

Antes de analisar o caso brasileiro, a autora coloca o entusiasmo pela racionalização que surgiu entre as elites industriais brasileiras ao observar o contexto internacional: nos Estados Unidos, esses anos marcaram as primeiras experiências com uma nova filosofia de gerenciamento, o *scientific management*, expressa em correntes que também inspiraram os empresários

² Lamentavelmente, Weinstein deve ter sido a última pesquisadora que usou grande parte do arquivo interno do Sesi de São Paulo; ela relata que pouco depois de sua pesquisa, o arquivo foi descartado por “falta de espaço”. Para nós historiadores, só fica a esperança que logo a crescente conscientização histórica no Brasil acabe com histórias como essa, e que a documentação fora dos arquivos do Estado também seja valorizada como parte integral da memória do país.

brasileiros – o taylorismo, o fordismo e a psicotécnica. Os dois aspectos de racionalização que mais interessavam o empresariado brasileiro eram a aplicação dos princípios tayloristas no processo de trabalho para aumentar a produtividade e a padronização da aquisição de conhecimento profissional dos trabalhadores, exemplificada na proposta de formalizar a aprendizagem industrial.

Não por acaso, os dois homens que mais se destacaram na fase inicial desse movimento pela racionalização representaram essas duas correntes: O primeiro, Roberto Simonsen, empresário e engenheiro, enfatizou a racionalização do processo de trabalho, chegando inclusive a fazer os primeiros experimentos na sua própria empresa. O segundo, Roberto Mange, educador e engenheiro, trouxe da Suíça e da Alemanha a idéia de que uma sistemática educação profissional, com fortes elementos de conhecimentos gerais, não só iria melhorar a reserva nacional de mão-de-obra qualificada, mas também poderia contribuir para tornar esses trabalhadores cidadãos.

Apesar do pouco impacto nos anos 20, esse projeto ganhou fôlego com os sucessos de Mange na administração da Cia. Ferroviária Sorocabana, onde ele tinha introduzido o Serviço de Ensino e Seleção Profissional (Sesp). O movimento finalmente conquistou espaço institucional com a fundação do Instituto de Organização Racional de Trabalho (Idort), em junho de 1931. No entanto, dos debates nos círculos da elite empresarial paulista nenhuma política concreta foi implementada até 1937, posto que poucas reformas foram realizadas nos primeiros anos do governo Vargas. Nesse caso específico, essa paralisação agravou-se com o “desentendimento” entre os paulistas e o governo federal depois da Revolução Constitucionalista. Só com o golpe do Estado Novo, e com Roberto Simonsen assumindo a presidência da Fiesp em 1937, o projeto dinamizou-se. Além disso, os industriais perceberam que o governo Vargas estava disposto – mesmo com a oposição da CNI e da Fiesp – a criar uma abrangente legislação trabalhista. Apesar de tal oposição, os industriais optaram por cooperar com o governo, visando garantir ao menos parte do poder no controle sobre a mão-de-obra.

Em 1942, deu-se o primeiro passo desse programa com a criação do Senai, e só com o fim do Estado Novo foi fundado o Sesi, em junho de 1946, antes que a nova Constituição fosse aprovada. Em decorrência de conflitos internos na Fiesp e no governo federal, o Senai acabou concentrando suas atividades nos centros urbanos já industrializados: os cursos oferecidos enfatizaram a aprendizagem rápida, colocando em segundo plano o ensino básico, uma orientação ditada pela demanda urgente da indústria. Em vez de ser um serviço da indústria para o país, o Senai limitou-se a ser um serviço da indústria para a própria indústria. O Senai acabou realizando muito menos do que os educadores tinham esperado, ao passo que a missão do Sesi se ampliou com a intensificação da luta contra o comunismo na segunda metade dos anos 40.

O Sesi assumiu como missão ideológica defender os valores cristãos e democráticos. Para isso, oferecia uma série de serviços, alguns deles competindo diretamente com aqueles já organizados pelos sindicatos e o PCB, tais como venda de gêneros básicos, assistência ao trabalhador e atividades de lazer nos clubes do Sesi. Ele chegou até a empregar educadores sociais para “explicar” ao trabalhador o papel da legislação social, atitude complementada pela publicação de uma revista, *O Educador Social*. Na luta pela defesa do catolicismo contra o comunismo, o Sesi cumpriu seu papel com a generosa ajuda financeira aos Círculos Operários, ajuda esta feita por intermédio de sua Divisão de Orientação Sindical (DOS). Junto com o Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e os órgãos do Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), o Sesi foi um dos elementos centrais para defender a “paz social” no Brasil, uma paz que incluía a promoção de um modelo norte-americano de ascensão social pelo “trabalho honesto”.

Nas publicações dos sindicatos dos trabalhadores, nas quais – como reconhece Weinstein – as vozes das lideranças militantes dominavam, o Senai foi geralmente acolhido, enquanto essas lideranças, por motivos óbvios, nunca se conformaram com o papel intervencionista do Sesi. Mesmo assim, o Sesi fez sucesso entre os trabalhadores, que aproveitaram os serviços oferecidos e participaram em grande número das Olimpíadas organiza-

das por essa instituição, enquanto as suas esposas freqüentavam os cursos de culinária, costura ou bordado e liam a revista *Dona de Casa*, publicação do Sesi. Esse sucesso foi especialmente marcante no começo dos anos 50, auge do populismo, fato que deixa Weinstein perplexa, mas tal sucesso não surpreende, considerando que as duas instituições tinham fortes ligações com o MTIC. Durante os governos Kubitschek, Quadros e Goulart, o Sesi perdeu poder, já que os industriais começaram a duvidar da capacidade da instituição em combater movimentos grevistas. Mas ele o retomou utilizando seu repertório completo depois do golpe militar de 1964, quando a coalizão entre militares e industriais teve que substituir as reformas de base de Jango por um projeto de política social alternativo.

Lamentavelmente, a abordagem teórica de Weinstein e sua postura política levam-na a uma interpretação que mais confunde do que esclarece essa história; a meu ver, uma história bastante simples: um grupo poderoso, o empresariado, que tomou uma iniciativa política para não perder grande parte de seu poder num contexto de rápidas mudanças sociais. Em vez de colocar a história do Senai e do Sesi nesse contexto, a autora prefere, sem qualquer originalidade, criticar os empresários e defender os trabalhadores, os quais são, por definição, vítimas, mesmo de medidas que os beneficiaram. Uma “defesa” dos oprimidos colocada nesses termos pode ser politicamente correta, mas é historicamente absurda, pois ela desconsidera as escolhas dos próprios trabalhadores.

Grande parte da confusão analítica do trabalho deve-se ao fato de ela ter adotado uma metodologia que sobrevaloriza a análise do discurso. O discurso dos representantes da Fiesp, por exemplo, é bem progressista, e aparentemente demonstra até uma profunda consciência social. Porém, assim que o progresso social ameaça custar muito dinheiro ou pôe em perigo a produtividade (fatos certamente fora do “reino do discurso”), as palavras se esvaziam, como no caso da lei dos dois terços.³ Igualmente, a análise do

³ Essa lei prescrevia que dois terços da mão-de-obra das companhias no Brasil tinham que ser brasileiros, e somente um terço podia ser mão-de-obra estrangeira. No entanto, muitos industriais nos anos 30 violaram a lei e continuaram empregan-

discurso não vai longe quando tenta explicar o aparente paradoxo de que os metalúrgicos aprovassem a racionalização do trabalho, enquanto os impressores a rejeitavam – já que a questão era técnica e não discursiva. Os metalúrgicos ocupavam um setor em crescimento no qual as máquinas poderiam facilitar e até valorizar o trabalho, enquanto os impressores corriam o risco de ser substituídos por elas. Esses exemplos mostram que as algemas da análise do discurso, que Weinstein mesma coloca, impedem-na de explicar a diversidade de interesses entre diferentes grupos profissionais e a surpreendente aceitação dos serviços “repressivos” (na visão da autora) pelo trabalhador comum.

Sua abordagem não lhe permite criticar os empresários e as medidas por eles tomadas, muitos deles contrariando o próprio discurso. Não faz sentido criticar o Sesi, que interferia na vida dos trabalhadores com o objetivo de melhorar os padrões de higiene, quando, na verdade, o conhecimento dessa população sobre higiene era insuficiente e as condições de suas casas comprometiam sua saúde. Porém, faria bem acentuar que não existe nenhuma relação inerente entre boa higiene e ardente fé católica. A meu ver, não há nada de mal em oferecer cursos de alfabetização e organizar atividades de lazer, e o sucesso entre os trabalhadores corrobora esse ponto de vista. A questão, que deveria ser mais trabalhada, seria a de que os “donos” do Sesi solicitaram ao Estado que proibisse o PCB e os sindicatos de oferecer esses serviços. Evidentemente, fica difícil para a autora na sua “prisão discursiva” trabalhar esse cínico jogo político com os problemas sociais, já que o livro carece de material estatístico para ilustrar a dimensão das necessidades dos trabalhadores. Essa deficiência do livro é curiosa, considerando que os Boletins do MTIC entre 1937 e 1945 – fonte usada pela autora – proporcionariam um excelente material nesse sentido.

Uma objeção a essa crítica poderia ser que Weinstein nunca pretendeu escrever uma história social dos trabalhadores paulistas, nem uma história

do mais estrangeiros, alegando a falta de operários brasileiros qualificados, em vez de treinarem brasileiros para essas ocupações, um processo bem demorado e sobretudo caro.

política do Senai e do Sesi, mas que ela visava apenas contar uma história intelectual dos empresários e trabalhadores em torno das idéias de racionalização industrial. Embora valha lembrar que o título do livro promete uma análise sobre o *remaking* da classe trabalhadora, uma transformação histórica portanto. Para entender algo sobre tal processo, o leitor precisa ao menos de uma descrição do contexto histórico anterior ao início da transformação e das mudanças concretas que ela trouxe, seja a transformação institucional, social ou intelectual. Sem essa referência, tudo vira uma história do imaginário, das falas e das idéias dos atores, uma história fora do contexto histórico, portanto uma história a-histórica – que certamente não pode ser o objetivo de nossa busca tanto profissional como intelectual.

O trabalho de Weinstein acaba sendo a tentativa de escrever dois livros em um. Por um lado, é uma história institucional e política do movimento empresarial de implementar a racionalização industrial no Brasil, um livro interessante e bem pesquisado que abre um novo campo de trabalho na história política e social do Brasil do século XX, um campo que sem dúvida merece toda a atenção. Por outro lado, é uma tentativa fracassada de cruzar história institucional com análise do discurso, esperando que o resultado fosse história intelectual. O fato de que mudanças políticas ou sociais sejam “refletidas” – palavra usada em excesso pela autora – no discurso não constitui uma análise do processo histórico. Realmente, não é estabelecida nenhuma relação causal entre as palavras e as ações, e portanto nada é explicado pela análise do discurso: nem uma trajetória intelectual, nem a transformação social. Na introdução, a própria autora esclarece que os mundos discursivos e materiais não devem ser vistos em separado.⁴ Contudo, o livro inteiro viola esse princípio, contando duas histórias paralelas, uma das instituições e outra do imaginário. A primeira é imprescindível, enquanto a segunda não passa de fragmentos, sendo portanto supérflua.

⁴ Na introdução do livro ela esclarece: “This is not to imply that we can divorce the discursive realm from the material world” (p. 3).